

## Resenha de “Liberalism: The Life of an Idea”

Gabriel Romero Lyra Trigueiro

### **Gabriel Romero Lyra Trigueiro**

é doutorando em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: gabrielromerotrigueiro@gmail.com

Fawcett, Edmund. *Liberalism: the life of an idea*. Princeton University Press: 2014, 488p.

Estudar a tradição liberal é lidar de antemão com o problema perene da polissemia. Por um lado, o senso comum nos afirma que o que caracteriza um liberal é a defesa do mercado livre, dos impostos baixos e do governo limitado. Por outro, ele igualmente afirma que é a crença na tolerância, na preocupação social e no ceticismo dirigido à autoridade constituída. Alguns desses princípios são complementares. Outros não são capazes de coexistirem simultaneamente. Em seu "Liberalism: The Life of an Idea", Edmund Fawcett se propõe a dar inteligibilidade à história da tradição liberal através de alguns de seus expoentes intelectuais. Aliás, um dos motivos pelos quais se lê com interesse a referida obra, é a opção narrativa/analítica de Fawcett em focar não apenas nos principais nomes da tradição liberal, mas igualmente em nomes menos cotados (ainda que tão ou mais interessantes que os habituais conhecidos).

Fawcett caracteriza o liberalismo como uma "prática política moderna sem mito fundacional"(xii). Como prática política, sua origem data pós-1815, ainda que se possa argumentar que suas bases intelectuais sejam bem anteriores. Mesmo que frequentemente a narrativa liberal chame para si uma ideia de universalismo e atemporalidade, Fawcett recorda que se trata de uma prática (e de um discurso) inscrita em um mundo "euro-atlântico", com uma historicidade própria, peculiar.

De acordo com Fawcett, desde sua gestação o liberalismo se caracterizou por uma ambiguidade: a procura por liberdade e, ao mesmo tempo, pela ordem. De acordo com sua tipologia, a tradição liberal é marcada por quatro fases principais. A primeira delas, de 1830 a 1880 – um momento de "autodefinição e sucesso" (xiii). A segunda, de 1880 a 1945 – o momento no qual o liberalismo estabeleceu um "compromisso histórico com a democracia", vindo a se tornar aquilo que hoje conhecemos como democracia-liberal (idem). A terceira, de 1945 a 1989 – uma fase de triunfalismo, em que seu principal adversário político/filosófico fora derrotado: o comunismo soviético. A quarta fase diria respeito ao período compreendido a partir de 1989 até os dias de hoje – um período de dúvidas e hesitação, por certo.

Para Fawcett, além dessas fases, é possível distinguir quatro grandes ideias constitutivas do argumento liberal: 1) a certeza de uma dimensão conflitiva, do ponto de vista ético e material, nas sociedades; 2) uma atitude de ceticismo dirigida ao poder; 3) a fé no progresso humano e 4) uma atitude de tolerância com os indivíduos e os povos.

Algumas das raízes da tradição liberal são discerníveis. A frequência e a intensidade dos conflitos religiosos, na Europa do século XVII, alimentavam a crença na inevitabilidade dos conflitos. Para Fawcett, "o despertar cristão e o zelo iluminista" amparavam a ideia de "progresso humano". A urgência em respeitar o próximo tinha um substrato derivado da tradição vinda de reformadores e filósofos morais da Inglaterra do XVII e XVIII. Como Fawcett recorda, a originalidade do liberalismo residiu na catalisação dessas

variadas influências na obtenção de uma visão política original e profunda (xiv).

310

A tese central presente na obra de Fawcett, é o argumento de que as quatro principais ideias, ou bases de sustentação, da tradição liberal (conflito, resistência ao poder, progresso e respeito) são seus elementos distintivos de maior destaque — sobretudo quando contrastados com seus “rivais do século XIX” (o conservadorismo e o socialismo) e seus competidores dos dias de hoje (“o autoritarismo, o populismo e a teocracia islâmica”).

Outro aspecto interessante, sobretudo porque sutil, no argumento de Fawcett, é a enunciação da historicidade da tradição liberal — a lembrança de que os liberais, ao longo dos anos, procuraram conscientemente “inventar uma tradição”. Isto é, um determinado regime de discursividade, constituído em termos filosóficos, econômicos e históricos, se fundiu a um léxico político cotidiano — não raro fazendo remissões a precedentes intelectuais encontrados nos séculos XVI e XVII, passando até mesmo por linhas de argumentação utilizadas pelos antigos gregos e romanos.

O estágio inicial do liberalismo, de acordo com a caracterização de Fawcett, tem início com a procura por uma “nova ordem”, após as transformações decorrentes do capitalismo industrial inicial e das três grandes revoluções políticas do século XVIII (Americana, Alemã e Francesa). A ideia, segundo os primeiros liberais, era a de construir uma ordem que fosse dinâmica e adaptável aos novos tempos e novas demandas sociais, políticas e econômicas. Na expressão de Fawcett, “um mito de ordem, em um mundo sem mestres” (p.4).

De acordo com a pretensão dos primeiros liberais, deveria ser exequível a criação de uma ordem política que possuísse uma dimensão ética, ainda que esta não fosse subordinada ao apela à “autoridade divina, à tradição estabelecida e a costumes paroquiais” (idem). Ademais, essa mesma ordem deveria possuir um caráter social sem “hierarquias legalmente fixadas ou privilégios de classe” (páginas 4-5). Com relação ao aspecto econômico, o argumento liberal preconizava mercados nacionais que funcionassem sem a interferência direta da Coroa e de outras estruturas do Estado/governo. Segundo essa argumentação, privilégios de monopólio deveriam ser igualmente rechaçados.

A abordagem de Fawcett toma o liberalismo menos como filosofia política e mais como um conjunto variável de ideias adaptado às circunstâncias históricas/políticas/culturais de turno. Trata-se de uma opção narrativa que eventualmente pode se tornar problemática. Explico. Na ânsia de demonstrar o caráter contingente da tradição liberal, Fawcett por vezes minimiza seus princípios normativos em detrimento de evidenciar esta ou aquela circunstância histórica. O efeito colateral desse tipo de abordagem é a subordinação dos princípios filosóficos do argumento liberal à sucessão histórica das conjunturas. Se por um lado é inegável a influência dos mais variados contextos na conformação da tradição liberal (não quero aqui advogar uma leitura imanente de seus princípios, de modo algum), não é igualmente possível afirmar o mesmo do socialismo ou da tradição conservadora?

De qualquer modo, é com interesse que observamos Fawcett explorar a tensão (e eventuais contradições) presente entre o sem-número de correntes internas à tradição liberal. Uma boa ilustração desse ponto diz respeito à questão da “resistência ao poder”, sobretudo se contrastarmos o argumento de Benjamin Constant com o de Rousseau, por exemplo. Enquanto este advogava (exaltava) um ideal republicano de participação cívica na vida política da cidade, aquele se ocupou em distinguir duas acepções de liberdade em seu “Liberty Ancient and Modern” (1819).

A primeira ideia de liberdade, a “liberdade antiga”, estava afinada à ideia de liberdade encontrada em Rousseau — ou seja, a exaltação a algo semelhante à participação direta

facultada a alguns, no governo da pólis grega. Já a "liberdade moderna" dizia respeito ao rechaço à "interferência do Estado ou sociedade" (p.42) na vida dos indivíduos. Fawcett recorda que, segundo Constant, a ideia de "democracia representativa" estava assentada sob uma premissa implícita: a renúncia de uma ingerência, digamos, mais ativa dos indivíduos na política cotidiana para, em troca, obter-se uma maior dimensão privada da vida — isto é, livre de toda sorte de interferências externas. Entretanto, é bem verdade que Constant, a exemplo do que igualmente aconteceria com Tocqueville, temia que "a renúncia de uma ingerência ativa dos indivíduos na política cotidiana" pudesse resultar em uma sociedade egoísta e excessivamente autocentrada.

Outro aspecto interessante no livro é o mapeamento de alguns dos artifícios retóricos usados pela primeira geração de liberais que se ocupavam em "inventar a tradição". Neste sentido, é importante observar o caso do historiador francês François Guizot. De acordo com ele, a distinção entre um bom governo e um regime tirânico poderia ser retirada do próprio passado europeu. É bem verdade que, segundo Fawcett, os exemplos históricos utilizados por Guizot frequentemente oscilavam entre o obscuro e o mítico. De todo modo, ele evocava os conselhos lombardos e o "witenagemot" saxão, na descrição daquilo que caracterizava como a genealogia liberal européia. Seu principal propósito era o de apelar para uma ideia de conciliação — devemos lembrar agora que Guizot escrevia tendo em mente uma audiência francesa (que se encontrava cindida basicamente em dois grandes segmentos: um pró e o outro contrário à Revolução Francesa). A exemplo de Tocqueville e de outros liberais de seu tempo, Guizot cria na dimensão ambígua da Revolução Francesa. Isto é, ele acreditava na existência de aspectos positivos e negativos na Revolução.

Guizot se dirigia aos conservadores enfatizando o lugar ocupado pelas ideias de divisão de poderes e governo representativo na tradição francesa. Isto é, sua manobra retórica era advogar princípios liberais apelando à tradição. Com relação aos progressistas, ele esperava recuperar uma história que fosse instrumental ao avanço das causas do governo constitucional e reformas políticas e sociais (p.45).

Outro aspecto interessante na argumentação de Guizot (e que Fawcett aponta como uma linha de continuidade na agenda de liberais ao longo dos séculos XIX, XX e XXI) é a ideia de que o despotismo não está circunscrito a um período histórico específico — ele poderia surgir independente de qualquer contexto. Ademais, Guizot destacava, no despotismo, a ausência de uma forma constitucional específica. Em outras palavras, poderia emergir de um, de poucos ou de muitos. A classificação de governos em "monarquias", "oligarquias" ou "democracias" era superficial — uma vez que cada um desses tipos de governo poderiam se degenerar em formas tirânicas. Para Guizot, e para muitos liberais que o sucederam, a principal pergunta não era "Quem governa?" e sim "Como governa?". Os eventos subsequentes à "má revolução" jacobina (a partir de 1792) pareciam, segundo Guizot, corroborar com seus argumentos (p.46).

Para Fawcett, outro elemento importante na episteme liberal dizia respeito à noção de "soberania popular" (sobretudo se entendida segundo os termos de Guizot e do constitucionalista norte-americano James Madison). Tratava-se de uma ideia compreendida a partir de uma noção negativa. Isto é, o conceito de "soberania popular" se estruturaria segundo a ideia implícita de não-soberania de quaisquer dos segmentos constitutivos da sociedade (entendidos segundo critérios de fé, classe ou interesse). A ideia central da noção de "soberania popular" era fundamentalmente simples e objetiva: só poderia haver emancipação/autonomia de uma sociedade se nenhum de

seus segmentos conseguisse reivindicar para si o título de “representantes únicos” dessa mesma sociedade. Isto é, a ênfase do argumento liberal se dá no aspecto pluralista dos indivíduos e da comunidade.

312

Também é instrutivo observar a distinção que Fawcett opera entre o liberalismo e seus dois principais rivais ideológicos do século XIX: a tradição conservadora e a socialista. Enquanto os liberais tradicionalmente adotavam (adotam) uma visão otimista com relação ao progresso humano, os conservadores agiam (agem) com ceticismo diante desta epistemologia. Para estes, a noção de “melhoria humana” era “pequena ou ilusória”. Qualquer agenda política assentada em uma ideia de “reformismo social” era, na melhor das hipóteses, uma “indulgência tática”. Na pior das hipóteses, uma interferência desastrosa em “padrões sociais com margem de mudança reduzida” (p.65).

Já com relação aos contrastes entre liberais e socialistas, Fawcett afirma que ambos os seguimentos possuíam uma interseção epistemológica: a crença no progresso humano. Entretanto, enquanto o primeiro grupo advogava mudanças graduais que ocorressem em consonância com os parâmetros sociais já existentes, o segundo era simpático à criação de uma “nova sociedade”. Em termos mais sintéticos, Fawcett classifica os socialistas como “progressistas da transformação” e os liberais como “progressistas da reforma” (p.66). Embora ambas as tradições possuíssem em comum uma cosmovisão inequivocamente progressista, a suspeição liberal dirigida à participação popular nos regimes democráticos frequentemente colocava os liberais como “aliados em potencial” dos conservadores. Este fato histórico, aliás, seria sempre lembrado nas invectivas socialistas.

De todo modo, a tradição liberal seria, ao fim e ao cabo, plural. Em sua constituição, uma ambiguidade estaria sempre presente: a permanência de dois guias fundamentais. O primeiro diria respeito à ideia de “interesse público”, o segundo à ideia de livre mercado.

A principal base de sustentação da ideia de “interesse público” partia do Utilitarianismo de Jeremy Bentham. De acordo com Bentham, a principal pergunta a ser feita (aos costumes socialmente estabelecidos e às leis constituídas) era a seguinte: “Este costume (ou esta lei) promove o maior bem ao maior número de pessoas?”. Já com relação à ideia de livre mercado, seu principal amparo teórico estava nos escritos de Adam Smith e na noção de que o pico de produtividade do mercado se dá apenas em contextos nos quais ele é deixado sob sua própria responsabilidade (isto é, quando operam, sobretudo, sem lidar com a interferência estatal). O problema, entretanto, está no caráter frequentemente autoexcludente desses dois princípios. Isto é, a premissa subjacente ao argumento benthaniano é a de que é lícito (e mais que isso, é desejável) se valer da estrutura estatal com o fim de intervir para o progresso social. Já o argumento de Smith diz respeito à remoção de interferências estatais, com o fim de permitir que o mercado crie prosperidade e liberdade. Enquanto uma mensagem é de controle, a outra é de remoção de controle. Nem sempre estes dois argumentos tiveram uma coexistência harmônica sob o “guarda-chuva” da tradição liberal.

Muito embora as contradições internas do liberalismo tenham se mostrado duradouras e de difícil solução, Fawcett demonstra que houve uma inflexão histórica ao final do século XIX. Se tomarmos como exemplo os casos da Inglaterra e da Alemanha, notamos que ocorrera um aumento expressivo dos gastos do governo a partir deste período. Mais que isso, a classe empresarial passara a clamar pela ajuda do Estado, dentre outras coisas, para que fosse fornecida blindagem diante das inúmeras reivindicações trabalhistas que emergiam na época. Por outro lado, os trabalhadores igualmente pediam inúmeros auxílios do Estado (e inflavam suas responsabilidades e atribuições) — sobretudo no que

se refere à proteção diante dos excessos e arbitrariedades cometidas pelos capitalistas. Para Fawcett, a ideia de um século XIX essencialmente comprometido com os "princípios puros do liberalismo clássico de não-intervenção do governo" foi basicamente uma construção discursiva do século XX, e não uma representação histórica acurada da realidade. De acordo com ele, com o advento deste "novo liberalismo" que, aos poucos, emergia no final do século XIX, o binarismo "individualismo" x coletivismo, "mercado x Estado" e "liberdade x intervenção" passava a ser superado por uma argumentação que harmonizava elementos derivados de Bentham e Smith.

Entretanto, a partir do final da década de 1930 este "novo liberalismo" passou a sofrer violentos golpes teóricos e políticos. Esses golpes ganhariam força na década de 1970 e prevaleceriam durante a década de 1980 (p.197). Para os críticos do "novo liberalismo", qualquer tipo de conciliação e apelo à superação do antigo binarismo era lido como "fraqueza moral e intelectual" dos adversários (idem).

Talvez o grande ponto positivo do livro de Fawcett seja a atenção dada ao aspecto contingente da tradição liberal. Isto é, em que pese o fato de a argumentação liberal frequentemente apelar a princípios universais e atemporais, ao mesmo tempo ela não esteve imune aos sucessivos contextos históricos em que existiu. Fawcett é hábil em demonstrar (e, em alguma medida, desfazer) a confusão entre o que são os princípios filosóficos da tradição e o que são as disputas discursivas (refiro-me, sobretudo, aos usos da história na constituição de uma mitologia própria e dos aspectos identitários que dizem respeito ao referido processo). Neste sentido, a análise de Fawcett acerca da Grande Depressão nos EUA é instrutiva.

O autor destaca a dimensão eminentemente narrativa da Grande Depressão na sociedade norte-americana. Segundo ele, trata-se de um evento histórico que rapidamente ganhou contornos de um "drama moral" (p.267). Os presidentes dos EUA na época se apresentaram como portadores de filosofias políticas simetricamente opostas. Herbert Hoover, um Republicano, ficara com a pecha de apologeta do "voluntarismo" e de um Executivo modesto e parcimonioso. Franklin Delano Roosevelt (FDR), um Democrata, se associou à imagem de um defensor de um "governo expansivo" e de um "Estado intervencionista". No entanto, Fawcett demonstra que ambos os presidentes poderiam ser classificados politicamente como liberais. Isto é, ambos advogavam uma agenda baseada na crença "do progresso social, dos direitos pessoais e da propriedade privada" (idem). Ambos esperavam "estabilizar o capitalismo norte-americano, em termos defensáveis, para a classe empresarial e os trabalhadores" (ibidem).

De qualquer forma, sob o governo de ambos, ocorrera um aumento significativo na estrutura de poder e responsabilidades da burocracia federal. Para os partidários de Roosevelt, Hoover pecara pela inação diante de um problema econômico/político inaudito. De acordo com essa narrativa, FDR teria sido o responsável por salvar a nação do colapso econômico e espiritual através de seu New Deal. Todavia, segundo os detratores de Roosevelt (e defensores de Hoover), o governo democrata possuía o ônus de ter colocado o povo contra os empreendedores (FDR fora frequentemente acusado de ter explorado algo análogo a uma animosidade entre classes) e de ter aumentado exponencialmente a capacidade discricionária do governo federal. No entanto, Fawcett recorda que parte significativa dos programas e medidas adotados por FDR foram estruturados/tentados inicialmente por Hoover.

Fawcett aponta que, embora tanto FDR quanto Hoover pudessem ser descritos como liberais, era possível identificar matrizes intelectuais divergentes em seus

liberalismos. Isto é, em seu livro "American Individualism" (1922), Hoover enunciava toda a sua predileção por um regime em que a "descentralização e a responsabilidade local" fossem prioridades. O argumento de Hoover não era ortodoxo. Isto é, ele reconhecia que, sob determinadas circunstâncias (com relação aos Institutos Nacionais de Saúde, por exemplo), o governo federal deveria ocupar um papel de proeminência na gestão dos serviços públicos. Entretanto, a regra seria o inverso. Os demais serviços públicos (como os de transporte, por exemplo) deveriam estar sob a responsabilidade das municipalidades — uma vez que se trataria de um escopo de poder local e particularmente mais próximo da supervisão da comunidade. Hoover advogava um sistema de não-interferência direta do Estado nos negócios privados, mas ao mesmo tempo acreditava naquilo que Keynes sempre defendera: "bons salários e sindicatos bem geridos são uma força positiva para os negócios" (p.271).

De acordo com Fawcett, no discurso "Business Ethics", de 1928, Hoover demonstra saber que, em um sem-número de situações, o mercado opera de forma não satisfatória e, até mesmo, de forma corrupta. No entanto, o tipo de "regulação" sugerida por ele era sempre voluntária, e jamais a partir de um sistema coercitivo. O maior antídoto contra a concentração de poder de corporações gigantes, segundo Hoover, seria o estabelecimento de um sistema de associação das pequenas. Hoover era a favor da "ação voluntária frente à ação estatal" e da "autorregulação frente à regulação pelo Estado" (p.272).

Fawcett recorda um episódio em que FDR procurou oferecer um contraponto ao tipo de liberalismo ofertado por Hoover. Roosevelt pediu auxílio a Adolf A. Berle, um de seus assessores, para escrever um discurso a ser proferido no Commonwealth Club, em São Francisco, em 1932. A ideia central do discurso era oferecer uma crítica à visão política e econômica de Hoover. Berle havia sido coautor do livro "The Modern Corporation and Private Property", uma obra que descrevia o estágio de transição em que se encontrava o capitalismo da época (o controle de gestão das grandes corporações cada vez menos recaía nas mãos de um indivíduo isolado e, cada vez mais, passar ao domínio disperso de inúmeros acionistas, por exemplo).

O discurso escrito por Berle recuperou o grande embate formativo da tradição liberal norte-americana: Thomas Jefferson x Alexander Hamilton. Enquanto o primeiro advogava um Estado fraco, "pequenas propriedades" e "competência pessoal e agência do indivíduo", o segundo era a favor de um Estado forte que promovesse a indução do comércio e atuasse como principal fiador do sistema financeiro nacional. De acordo com o discurso proferido por FDR, Jefferson havia inicialmente ganhado esta batalha (p.273). No entanto, o capitalismo norte-americano havia passado a um estágio em que havia consolidado uma classe de "titãs da indústria" demasiadamente poderosos e com capacidade quase ilimitada de ingerência na política cotidiana. Para FDR (e, claro, para Berle), esta se tornou a maior ameaça às liberdades democrática daquela geração. Não raro porque, em um mecanismo de irônica retroalimentação, o chamado "big business" pedia (e frequentemente criava) uma estrutura de "big government" para servi-lo. Aquele estado de coisas, segundo Roosevelt, estava pondo fim ao princípio da "igualdade de oportunidade" aos cidadãos norte-americanos. O apelo, neste momento, a regulações vindas do Estado seria uma medida extrema, mas necessária para "proteger o individualismo" deste contexto de ameaça (idem).

Uma boa chave interpretativa de Fawcett é a ideia de que parte significativa do sentimento anti-Estado que emergiu com força extrema nos EUA a partir da década de 1980, refere-se à decepção de filhos e netos da geração que vivenciou a promoção, por parte do governo Roosevelt, do aumento de seu "arco de expectativas" com relação ao governo.

"Liberalism: The Life of an Idea" é uma tentativa razoavelmente bem acabada de dar conta de um assunto intelectualmente contraditório e plural. Optei conscientemente pelo uso do advérbio "razoavelmente" porque há alguns pontos problemáticos na obra de Fawcett. O primeiro grande problema é a ausência de notas de rodapé. O autor optou por suprimi-las e incluir, no final do livro, uma mera lista de "trabalhos consultados". Trata-se de uma opção metodológica/narrativa que não faz jus a uma obra tão ambiciosa em escopo e análise.

315

Outro ponto questionável é a falta de rigor em usar a classificação "liberal". Ainda que Fawcett esteja sempre atento às inúmeras significações dissonantes do termo, há o esforço em enquadrar pensadores díspares como Michael Oakeshott e Sartre sob uma mesma tradição política/filosófica/intelectual.

De todo modo, "Liberalism: The Life of an Idea" tem pontos positivos que merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, é um bom trabalho panorâmico acerca da tradição liberal. Ademais, trata-se de uma obra significativamente mais abrangente do que a média. Isto é, Fawcett se preocupa em transcender a chave interpretativa que toma o liberalismo como uma tradição essencialmente anglo-saxã. Ao contrário, ele dá grande atenção a experiências pouco mencionadas como a alemã e mesmo a italiana. Além disso, Fawcett dirige parte considerável de sua análise no sentido de evidenciar o caráter contingente e histórico da tradição liberal. Para uma tradição política que frequentemente se coloca como a portadora de valores transcendentais e atemporais, é algo digno de nota a hábil desconstrução desse discurso mais ou menos estabelecido.

De qualquer forma, "Liberalism: The Life of an Idea" perde se comparado a uma obra recente como "The Making of Modern Liberalism" (2012), de Alan Ryan, e mesmo se comparado a uma obra antiga (e infelizmente fora de catálogo) como "O Liberalismo: Antigo e Moderno" (1991), de José Guilherme Merquior. Não pude explorar aqui as distinções entre as três obras, devido a limitações no presente espaço, todavia, reitero a importância do lançamento da obra de Fawcett. Salvo algumas discretas reservas, trata-se de um panorama abrangente e intelectualmente criativo da tradição liberal. Não é pouco, afinal de contas<sup>1</sup>.

(Recebido para publicação em outubro de 2014)

(Aprovado para publicação em novembro de 2014)

#### **Cite esta Resenha**

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Resenha de "Liberalism: The Life of an Idea". **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol.5, N. 1, pp. 308 – 315, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.